



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B3

Data: 28/08/2012

Antonio Carlos Garcia
DA EQUIPE JC

“Enquanto a Bolívia é o país do tráfico de drogas, o Brasil é o país da corrupção”. A comparação foi feita, ontem, pelo promotor de justiça e integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo (Gaeco), Amauri Silveira Filho, em palestra realizada no auditório do Ministério Público de Sergipe, ontem pela manhã. Ele lamenta que em todas as esferas públicas – federal, estaduais e municipais – existem fraudes em licitação e destaca que estes tipos de crimes não são devidamente apurados em todo país.

Embora tenha pautado a palestra na experiência do Gaeco paulista, Amauri Silveira, ressaltou que o combate aos crimes econômicos só serão mais eficientes quando o dinheiro for confiscado pelo Estado. “Agora, a veia de escoamento do dinheiro são as fraudes em licitação. O grande ponto que precisa ser combatido”, destacou Amauri.

“É necessário o enfrentamento deste tipo de crime, não bastando, somente, sentenciar as pessoas. Quando mexe no patrimônio, você encerra a ação criminosa”, disse o promotor ao lembrar, também, da atuação da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), disseminada pelos presídios paulistas, com ramificações em todo país, inclusive em Sergipe.

Ao ressaltar que se a Justiça deve ter ações para acabar financeiramente com as organizações criminosas, Amauri lembra que, apesar dos membros do PCC estarem na cadeia – alguns deles no RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) as

ações criminosas continuam porque o dinheiro continua circulando e os presos são substituídos por aqueles que estão em liberdade.

O promotor também falou sobre um tipo de crime que vem aumentando bastante em São Paulo: a explosão de cashs bancários. Somente este ano, em Campinas, foram registrados 80 casos, sendo que um deles foi perto da residência do promotor. “Esse crime para ser executado, é muito bem planejado. Tem que ter os explosivos e a fiscalização desse setor é muito fraco, tanto por parte do Exército como de demais autoridades”, comentou o promotor.

A preocupação dele, agora, é que o uso destes explosivos para roubar cashs bancários possam ser destinados para autoridades que combatem este tipo de crime. “Mas acredito que, por enquanto o PCC não quer afrontar as autoridades”, ponderou o promotor de Justiça.

Atuando no Gaeco de Campinas e região metropolitana, que abrange cerca de 40 cidades do interior paulista, Amauri Silveira lembrou que já foi ameaçado de morte e lamentou que hoje existam somente três promotores na Comarca que ele atua. Ele defendeu, ainda, a necessidade de aparato humano para as investigações contra o crime organizado.